

## A Língua na Nação Pré-Modernista em contos de Lima Barreto e Monteiro Lobato

Marcos Vinícius Caetano da Silva (Bolsista -CNPq/UnB)  
Edvaldo Bergamo (Orientador/UnB)

A problemática da nação começa pelo fato de que ela, não sendo concreta, toma forma a partir do nacionalismo. O nacionalismo, por sua vez, é gerado pela necessidade de uma homogeneidade que ignore as desigualdades óbvias de uma sociedade tradicional (ARANTES, 2006; p.27). Benedict Anderson (2008; p.32-34) introduz o conceito de nação como “comunidade imaginada”, o que seria a imaginação comum que nos fez pensar como integrantes de um mesmo grupo, uma ligação entre todos. Como, então, é possível imaginar uma comunidade em uma sociedade tão antagônica, considerando as desigualdades sociais? Tornando todos parte de uma experiência coletiva seria a solução para que se desse tal sentimento. HOBBSAWN (2008; p.30-32) afirma que o uso mais recente do termo “nação” diz respeito à “noção de independência e unidade política”, o que iguala “nação” a “Estado” e, finalmente, a povo, mas depositando no território a representação concreta de tal sentimento.

Ciência, raça e civilização eram idéias que “sustentavam o período europeu sobre o mundo até a Primeira Guerra Mundial” (SEVCENKO, 2003; p.147), e sua forma máxima no governo era a república. A Proclamação da República no Brasil reconfigura o sistema de governo unitário do

estado-nação para blocos federativos, visto que “as maiores políticas que possibilitaram a transformação da receptividade potencial aos apelos nacionais em recepção real foram a democratização da política em um numero crescente de Estados e a criação de um Estado administrativo moderno, mobilizador e influenciador dos cidadãos” (HOBBSAWN, 2007; p.133). Isso fez com que a vida literária ficasse inicialmente concentrada no Rio de Janeiro, mas que posteriormente formou grêmios nos outros estados.

Um sistema estatal moderno e não-colonial pedia uma capital mais moderna, e a mesma ganhou novo plano urbanístico, favorecendo a aristocracia, de maioria portuguesa, desejosa de uma fisionomia parisiense, dada pelo arquiteto Haussmann e encomendada pelo prefeito Pereira Passos, à cidade. O automóvel adentrava no cotidiano carioca, “e a transformação da paisagem urbana ia se refletindo na paisagem social e igualmente no quadro de nossa vida literária” (BROCA, 2005; p.36).

O estilo *art nouveau* também, enviado pela França com os livros e as revistas, predominava nas armações, nos lustres e nas decorações das confeitarias e nos cafés. Eram os “clássicos”, os infalíveis espelhos a que se refere Luís Edmundo, “diante dos quais os elegantes da época alinhavam os *plastons* das gravatas e

corrigiam a posição das lustrosas cartolas”. (BROCA, 2005; p.38)

Os grandes nomes se haviam aburguesado, e os autores se juntado à sociedade como parte da dela. A decadência da boêmia foi também acentuada com a fundação da Academia Brasileira de Letras e a urbanização acelerada, e o Rio de Janeiro começou a perder seu caráter semiprovinciano, o que gerou espetáculos mundanos, incentivados pelo prefeito Pereira Passos.

Um certo antagonismo entre a “cidade”, os bairros aristocráticos e o proletariado de simples costumes era provocado e de certo registrado na obra de Lima Barreto, que sempre à espera da solidariedade para com o proletário negro (OAKLEY, 2011; p.6), àquele com quem ele se identificava, aguarda um acolhimento do negro à nação, que era regida por uma classe latifundiária, a mesma de Monteiro Lobato, que, embora reconhecesse o atraso do pensamento de um sistema econômico que já fora abandonado, marcado pelo provincianismo, também percebe que tal pensamento não fora abandonado nas suas relações. O projeto de Monteiro Lobato, pelo o que se conhece pela biografia do autor, sempre o associa ao desejo do desenvolvimento econômico e tecnológico do estado-nação, e encontra na Literatura uma chance de reformulação da Questão Nacional.

O grupo a que pertencem Monteiro Lobato e Lima Barreto diferenciava-se por uma abordagem crítica da realidade nacional (BOSI, 1966; p.13), oculta pela tradição romântica e pelo clima Belle

Époque cultuado pela academia, além de um foco dual entre Minas e São Paulo, presente na República do Café com Leite. A respeito dos autores da época, OAKLEY (2011, p. 32) expõe a declaração de Lima Barreto:

Não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio o pede e o requer”. Assim, não existia no Rio de Janeiro uma literatura seriamente engajada com a realidade circundante: “O chique era mesmo ignorar o Brasil ou delirar por Paris numa atitude afetada e nem sempre inteligente”.

O regionalismo pré-modernista é “imperfeito” e “sintomático”, segundo BOSI (1966, p.12-13), pois o romance da época “atém-se apenas ao fator ambiental, geográfico, das obras”. Percebe-se um nacionalismo concretizado pelo regional, cujo culto vazio da terra faz reconhecer uma consciência amena de atraso. É ornamentado “a propósito para polarizar as características de gosto que se soem atribuir ao leitor culto médio da Primeira República”, “que julga amar a realidade, quando em verdade não procura senão as suas aparências menos triviais ou menos trivialmente apresentadas; um leitor que se compraz na superfície e no virtuosismo: um leitor, em suma, fundamentalmente hedonista” (BOSI, 1966; p.77). Ao clamar contra a constante exploração dos editores com relação aos autores, Oscar Lopes declara em 1914 o seguinte: “Ninguém lê no Brasil - dizem os editores e livreiros. O comércio de livros é precário - afirmam os negociantes e todo mundo acredita nisso. No entanto - observa o escritor - há cinquenta anos o público paga caríssimo pelo livro e os autores o vendem por meia pataca” (BROCA,

2005; p.91-92). Tal privilégio, de fazer parte de uma nação, através da leitura, era um privilégio da elite.

Para que haja a compreensão das problemáticas aqui apresentadas, considerar-se-á a pluralidade étnica presente na formação do Brasil contemporâneo, assim como a pluralidade lingüística e cultural de que se segue, essenciais à perspectiva latino-americana, uma vez que tais fatores atuam no sistema literário nacional como reforço para as bases do nacionalismo literário. Tais fatores são essenciais ao Sentido da Colonização, ponto essencial para que haja um entendimento do “caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida” (PRADO JR., 2011; p.29), e que somente será revelado gradativamente, pois é dominado e abafado pelo o que há de vir, mas sempre ligado aos traços essenciais de nossa evolução colonial. Anderson (2008; p.92) diz que “para entender como as unidades administrativas puderam, ao longo do tempo, serem vistas como terras pátrias, não só nas Américas, mas também em outras partes do mundo, é preciso observar de que modo as organizações administrativas criaram significado.” Utilizando-se da dialética do localismo e do cosmopolitismo, proposta por Candido (2010, p.117), tende-se a estabelecer os conflitos existentes entre uma língua realmente brasileira e o declarado conformismo ao representar imitações europeias. A extensão de tais problemáticas vão desde o modo de se pensar uma nação moderna, idéia que veio da Europa, e reconhecer uma nação brasileira com sua própria

lógica, a partir da representação literária. A idéia de nação moderna, que veio á tona na realidade brasileira com a proclamação da república, supõe uma estrutura burocrática e uma reorganização social para que, então, se dê a forma de estado-nação. O seu modo produtivo, que está em reorganização, também atinge as peças a serem reutilizadas no tabuleiro, onde ex-escravos devem se adequar ao mercado de trabalho enquanto o estado se rearranja como país agro-industrial.

Sendo fenômenos duais, as nações devem ser compreendidas pelas suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, nacionais ou não (HOBBSBAWN, 2007; p.19-20). Entretanto, não se devem confundir as notícias da época com a opinião pública. A indicação nacional não é necessariamente vinculada ao pensamento individual de seus cidadãos. A identificação nacional é imbricada a outras naturezas de identificação, e pode deslocar-se e ser mutável de acordo com o tempo. Sendo coletiva e individual, a nação se projeta em territórios nos quais pessoas com diferentes línguas ou outros critérios objetivos coexistem. O pertencimento de seus membros é a base objetiva para a sua definição, e sua redefinição depende do voluntarismo de seus membros. Estes possuem objetivos comuns, o que não nos aproxima de certezas ao buscar tal definição nas constantes mudanças humanas que suscitam a escolha única de pertencer à nação. O pertencimento de seus membros é a base objetiva da nação, e o reconhecimento dos seus se realiza unicamente

através da língua do final do século XIX ao início do século XX (HOBBSAWN, 2008; 132).

## 1. AS PRIMEIRAS PALAVRAS

Escritores como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Graça Aranha e Lima Barreto são a prova da nova consciência na literatura nacional, em expansão e revisão crítica da herança romântica, “cuja nota dominante parece às vezes um amoroso sentimento, mascarado de pessimismo” (BOSI, 1996; p.13). O Pré-modernismo, então, se daria como uma evidente antecipação do Modernismo, momento este no qual a língua se tornaria independente culturalmente, e onde pensar uma nação começaria, de fato, a se concretizar, mesmo que gradualmente.

A língua seria a única razão de ligar os diferentes “brasis” do final do século XIX e início do século XX, e seu culto se daria com o que se teria de “mais alta cultura e literatura”. Durante a historiografia romântica se vê marcas de que:

A língua comum era um fator de complicação para a afirmação da identidade nacional, reforçado pela própria ideologia nacionalista romântica européia, de “uma só língua, um só povo”. Se a natureza, ou mesmo a presença do indígena poderia facilmente passar por elemento de diferenciação em relação ao “outro”, isto é, em relação a Portugal, e demarcar assim, objetivamente, uma “fronteira” em relação a Portugal, a língua constituía-se, ao contrário, em obstáculo à diferenciação, era índice capaz de rebaixar as pretensões à nacionalidade literária e, conseqüentemente, colocar em xeque a própria idéia de “Nação”. (WEBER, 1997; p.39)

Ou seja, abandonar a idéia de língua no período de afirmação nacional seria um modo de negar a

própria nacionalidade a qual os românticos produziam no imaginário coletivo através da literatura. O foco era dedicado à Literatura como afirmação da nação, incluindo sua crítica. A Crítica literária pelos anos de 1880 a 1900, movimentada pelas figuras de Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, tendeu à crítica nacionalista. Respeitando o ideal romântico, este tipo de crítica deve a analisar escritor ou obra pelo grau com que expressava a terra e a sociedade brasileira, o que deixou tal perspectiva conformista e superficial. Embora tenham tentado derrubar tal modelo de crítica, o padrão continuava o mesmo. (CANDIDO, 2010;p.123 ). A língua, sendo inerente às atividades sociais, estava restrita à caixa metódica do gramaticismo, que era exaltado pelos poetas parnasianos em sua maioria, e regionalistas que valorizavam o pitoresco, todos esses constituintes da recém-fundada Academia Brasileira de Letras, que não competia com outros estados com agremiações. Se na cidade tais valores eram exaltados, no terreno provinciano literário Aldrovandro Cantagalo corrigia a todos, como podemos ver no conto “O Colocador de Pronomes” de Monteiro Lobato.

Aldrovando Cantagalo, o primeiro santo da gramática, nasce por um erro de gramática, “pecado” que também o faria morrer. Leitor de clássicos da literatura lusófona, se desligou do mundo e da vida social regido pela língua brasileira. Tentou posteriormente corrigir os erros dos outros tomando como base a gramática lusa e a filologia que conhecia, mas por utilizar vocábulos rebuscados, ninguém o entendia, seja

falando, seja na imprensa. Trata o francesismo como invasor. É o único que sente as dores dos erros gramaticais e o dever de saber a origem das palavras para tudo se falar de acordo com a gramática lusa, mas nem o autor-narrador do texto sabe a causa da sua morte, sendo que ele que invoca os erros gramaticais no texto, que resumiu o conto no início do texto anunciando que a morte do personagem nasceu “dum” erro de gramática, e morreu da mesma razão: uma marca de oralidade. Ao reproduzir o bilhete do escrevente, pai de Aldrovando, evoca um suposto erro fiscalizado pelo coronel Triburtino, cuja autoridade provinciana dita as leis, inclusive da escrita. O uso da gramática portuguesa como fiscalizadora é comum aos jesuítas, que eram as autoridades do ensino da língua da metrópole aos índios colonizados.

Embora Aldrovando tenha pago pela dessolescização da placa do ferreiro, o destino dos negócios do ferreiro sofreram baixa pelo mesmo motivo que Aldrovando morreu: não pela discordância com a gramática em geral, como pensara o personagem, e sim pela forma livre com que o autor, detentor do destino da obra, opera com sua ferramenta: a língua, podendo decidir a permanência ou exclusão do personagem na obra. A língua também opera como fator determinante nas atividades sociais, seja a atividade do ferreiro como a do escritor. A limitação imposta pelo personagem de Aldrovando não só o faz se contradizer, mas também o reconhece como falante. O personagem morre, mas a norma culta

permanece, desta vez não como fiscal, e sim adequadora do discurso do autor.

O conto “O Colocador de Pronomes” é um registro do conflito entre o que seria a norma culta, fiscalizada pela gramática lusa, e os falares tipicamente brasileiros, que enriquecem e identificam culturalmente o brasileiro no seu dia-a-dia. Recluso da vida social, o personagem Aldrovando ainda está ligado à capacidade criadora do autor que, por sua vez, está ligado à convivência lingüística e cultural do dia-a-dia brasileiro. Por isso, Aldrovando cometeu o erro de antes de morrer, mandar uma cópia da gramática a Rui Barbosa, figura que transita entre os mundos ficcional e real, domínio do qual a obra literária é produto. A norma culta, não sendo real, tem dinâmica com a língua real através da norma padrão, que é utilizada principalmente na escrita, assim como os seus falantes que, embora imaginem muitos falando tal português, na prática não há um falante real que siga somente a norma culta. A idéia européia oitocentista de “uma língua para uma nacionalidade” entra em questionamento não só pelo próprio nacionalismo literário, declarado pelo Romantismo, onde não há uma posição fixa acerca da língua herdada de Portugal, mas também sobre o desenvolvimento de um falar brasileiro, presente não como erro, mas como realidade plural revelada pelos vários falares brasileiros. A ilusão da homogeneidade da língua chega longe das grandes cidades, no caso o Rio de Janeiro, e ganha destaque, classificando a linguagem culta, se falada, como, segundo Bagno (2003; p.18),

uma imagem defeituosa, tosca e mal-acabada de uma “língua” inacessível aos olhos e aos ouvidos dos mortais comuns. Por isso, a “língua é difícil” - e não poderia ser diferente, já que é uma “ciência oculta”, um saber hermético, quase esotérico.

Tal saber oculto, que é reforçado pelo analfabetismo, é o grande problema que ronda as escolas de Java.

O conto “Harakashy e as escolas de Java”, de caráter satírico, é antecedido da seguinte frase presente no Código de Manu: “Tudo o que este mundo encerra é propriedade do brâmane, porque ele, por seu nascimento eminente, tem direito a tudo o que existe”. Tal frase delimita o sistema social da Ilha de Java e certos poderes de sua classe dominante, cuja formação vazia privilegia o seu imaginário como as dimensões da Ilha. A localização e a paisagem da ilha oriental de Java remete ao exótico romântico, que é semelhante à paisagem brasileira, e introduz o conto que, então, é seguido para os centros de arte e ciência do lugar, sem deixar espaço para outras zonas ou classes inferiores se expressarem. Há uma grande insistência em comparar as estruturas da Ilha de Java ao Brasil ou à República das Bruzundangas. O conto, por ser forma, também é uma tentativa de “mascaramento” da realidade brasileira oculta pelo olhar do “outro”, consequência da condição de país colonizado (PERRONE-MOISÉS, 2007; p.41).

A literatura de determinado indivíduo, exercida por causa de um “jogo de prendas”, é que determinava o seu preço como profissional. Os médicos, de quem Lima sempre fora desconfiado (BARBOSA, . p.311), deveriam “curar” pacientes,

mas acabam infectando a língua por uma má linguagem, diferente de Aldrovando, que queria curar a “má linguagem”. Embora não sejam compreendidos pelos pacientes, que são cientes da falta de conhecimento dos doutores, se mantém em sua posição social às custas de uma língua arcaica e sem usuários. Se lhes falta conhecimento, o compram de outros pela falta de uma verdade própria. Seu imaginário banaliza, por exemplo, o próprio risco de vida, que seria o momento do médico agir. No lugar, a preocupação pelo vestuário fala mais alto. Esse “direito” é devido ao título que possui, concedido pelas faculdades de Java. O conhecimento era reduzido ao recorte de referências famosas, de maioria estrangeiras, sem contexto ou preocupação com tal quesito, assim como o conhecimento vocabular.

O amigo do narrador, Harakashy, que finalmente entra na narrativa, é apresentado como um javanês de origem mestiça. Ele logo fracassa na faculdade por julgar “não saber” um critério decisivo para ser aprovado nos exames de Java, e fora vítima de uma tentativa de “mostrar que há algum critério”, pois a sociedade javanesa “quer” manter a elite em seu devido lugar. Segundo o narrador, ironicamente “em absoluto, não houve injustiça” (p.159). Harakashy não se encaixou porque sabia das coisas, estudava. Falou da história da universidade ao narrador, citando seus diversos alunos, figuras ilustres como: Newton, Huyghens, Descartes, Kant, Pasteur, Claude Bernard, Darwin, Lagrange, Dante e Aristóteles. Diante disto, desapareceu, restando a indagação

do narrador: “Pobre rapaz! Onde estará?”, como se fosse recortado do conto, embora haja indícios de sua presença no mesmo.

A presença de Harakashy é recolhida junto a esses grandes nomes para se preservar as dimensões do conhecimento verídico e, portanto, universal simbolizada por esses nomes. Ao se tratar da relação da verdade com o belo, Candido (2009; p.67) declara que a harmonia da natureza segue a mesma preocupação que a natureza social, e que a lei humana ocorre na mesma essência. Ou seja, a verdade daquela dinâmica social deveria ser preservada.

## 2. INFÂNCIA

A perda do domínio inteligível sobre a mentalidade dos homens fez com que a língua escrita fosse considerada a mantedora do acesso privilegiado à verdade ontológica, por ser parte indissociável da verdade (ANDERSON, 2008; p.69), assim como a crença de que a sociedade se organiza em torno de devidos centros, devendo todos serem fieis a eles tais como às escrituras sagradas. Por fim, essa perda também fez com que cosmologia e história, ao se fundirem, dessem sentido às coisas e fatos inerentes à vida humana em seus variados aspectos. Essas três concepções culturais fundamentais antigas sustentam a tese de Anderson de quando as nações começaram a serem pensadas historicamente. A falta de acesso, por parte de todos, às idéias liberais, causada pela condição do subdesenvolvimento, foi propícia à distância entre a elite e o restante do país. Como não houve uma revolução cultural no Brasil,

diferente dos outros países latino-americanos que passaram pela onda republicanista, o destino dinástico fora recriado no Brasil com a fuga da família real.

O fracasso de Harakashy, personagem mestiço, se deve à falha tentativa de imitação denotativa do “não saber” javanês, que deveria ser oculto por uma dinâmica social, um prestígio de pureza que a elite exaltava, associada à pureza gramatical. O culto à Grécia, dado às obras parnasianas, “era um meio, por vezes inconsciente, de muitos intelectuais brasileiros reagirem contra a increpação da mestiçagem, escamoteando as verdadeiras origens raciais, num país em que o cativo estigmatizara a contribuição do sangue negro.” (BROCA, 2005; p.157). Monteiro Lobato compara a contribuição fenotípica do negro aos tipos brasileiros a uma doença, a algo que enfraquece o caráter, e diz que São Paulo e outras zonas trazem a possível solução através do preconceito racial, utilizado por certas classes e zonas, o que não existe no movimentado Rio de Janeiro. “O preconceito de inferioridade étnica que levava os outros escritores a se refugiarem na Grécia, como um sistema de defesa, atuaria no espírito de Lobato, de maneira diversa, contribuindo para que ele passasse a ver, mesmo sob um aspecto pessimista, a nossa realidade” (BROCA, 2005; p.159).

Durante o período de 1870 a 1918,

há uma evidente analogia entre a insistência dos racistas na pureza racial e nos horrores da miscigenação, e também a insistência de tantas formas de nacionalismo linguístico - a maioria, talvez - sobre a necessidade de purificar a

língua nacional de elementos estrangeiros (HOBSBAWN, 2007;p.132)

o que seria a demonstração de que o nacionalismo linguístico e o étnico reforçavam-se um ao outro, posição de Aldrovandro a respeito dos francesismos. O silêncio a respeito da língua durante o Romantismo foi favorecido por outro fator:

As nossas literaturas latino-americanas, como também as da América do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas. E se afastarmos os melindres do orgulho nacional, veremos que, apesar da autonomia que foram adquirindo em relação a estas, ainda são em parte reflexas. No caso dos países de fala espanhola e portuguesa, o processo de autonomia consistiu, numa boa parte, em transferir a dependência, de modo que outras literaturas europeias não-metropolitanas, sobretudo a francesa, foram se tornando modelo a partir do século XIX, o que aliás ocorreu também nas antigas metrópoles, intensamente afrancesadas. (CANDIDO, 1985; p.151):

Certamente tal afrancesamento se trata de uma dependência que foi conveniente durante o Romantismo, mas Monteiro Lobato demonstra que em elogio à “Gramática Portuguesa” de Firmino Costa que “a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal - é a sua filha brasileira. E, se a gramática é o estudo dos fatos da língua, a gramática que nos convém é a que estude os fatos da pátria” (LOBATO, 2009; p.90-91). Ou seja, houve uma mudança de concepção temporal que, ao julgar a gramática de Firmino Costa como defensora das inúmeras possibilidades do falar brasileiro e, assim, a mais brasileira das gramáticas portuguesas, Lobato afirma a existência de uma língua propriamente brasileira e

suas variantes. Compete ao estado moderar o padrão de sua língua, entretanto tomava-se a gramática lusa como modelo. O uso e o tom inventivo da linguagem popular por Lobato, “antes de qualquer coisa, conquistou a audição das massas” (NUNES, 1979;p.13).

Uma língua assim, entretanto, escondia as verdades indesejadas pela elite: um país sem estrutura; um país sem pontualidade inglesa, bordado aos toques franceses; uma nação etnicamente heterogênea; uma nação não-desenvolvida, cujas formas de governo, embora se modernizem, não ocultam os resquícios de um passado comprometedor. Um território cujo mapa não se tem escala, uma cidade cujas belas construções escondem a real estrutura das diferenças, de uma maioria impedida pela falta de acesso à língua escrita, onde o outro é imaginado e não consultado, como em terras distantes habitadas por índios. A promessa de retorno dos portugueses à pátria original, o desejo herdado pelos filhos; o pensamento em um continente, a vida em outro; uma literatura que caminha, não se sabe para onde, em razão de não contar com a participação de seus membros de forma geral na formação de seus projetos. Lobato, embora admita uma língua propriamente brasileira e sua importância nas atividades sociais, se vê preocupado com a sua condição como escritor diante da língua que “‘todos’ não sabem”. Lima, por outro lado, revela as verdades brutas ocultas por uma língua cheia de adornos e separatismos. Monteiro Lobato, embora esteja preso às suas idéias de classe em cosequência histórica, vê a



todos, inclusive a si mesmo, como “Jecas-tatus”. A dependência estrangeira, vista com maus olhos por Lima, é uma das verdades ocultas pelo adorno excessivo não só da língua ou da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, mas de um centro que se torna cada vez mais distante de seu povo maior, localizado no campo, gerando a periferia e maquinizando-a ao mudar a estrutura do país para adequá-lo, aos poucos, à condição de país agroexportador. Isto se deve à falta de comprometimento de uma elite que está à frente dos projetos da nação onde tais extremos geográficos, econômicos e sociais se tornam cada vez mais circundantes, e que resultará numa incapacidade cada vez maior de representação do outro por parte dessa classe, que detém o letramento necessário para tais projetos. Tais personagens, donos do capital e da razão, se mostram atrapalhados e reais ignorantes diante de personagens como Harakashy, que provocam certa identificação com o autor, tratado em hospício ao ser considerado louco pela embriaguez de que sofria por saber ou por manter as aparências dos que queriam permanecer com seu status social.

Lima Barreto e Monteiro Lobato, embora diferentes em sua origem, modo de vida e vícios, procuram provocar um sentimento que faria jus ao clamar pela Nação Brasileira. Este sentimento deveria homogeneizar a todos os membros, independente de classes, e que promovesse não só o desenvolvimento do país, mas também de cada um dos planos individuais. Através da literatura isso poderia ser projetado:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 2010. p.63)

Tal sentimento de gratuidade dever-se-ia projetar no modo de ser brasileiro, integrando não só a constituição étnica brasileira, mas também os vários interesses econômicos e sociais inerentes ao estado-nação, assim como a obra literária o faz na representação do outro: através do sentimento de solidariedade, que empenharia a literatura e o modo de ser brasileiro rumo à superação dessas problemáticas histórico-sociais de modo a homogeneizar os membros da nação, embora não supere suas diferenças, e se procure ver além de uma simples dessolecização de uma placa.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma estética européia, um sistema vindo do estrangeiro, uma língua aos moldes de Portugal: percebe-se a problemática de representação do que é inerente à nação brasileira diante das imitações. Como representar uma nação escondida pela própria língua, forma básica da narração? Como transformar tal língua plural em realidade nacional?

Não se trata, enfim, de um mapa, de uma língua, uma raça ou sistema, mas da pluralidade, seja lingüística, étnica, social ou econômica, que na vida real são vistos individualmente por uma realidade aparente e dificilmente apreendida,

sendo que tal realidade é apresentada como uma junção conflituosa pela Literatura e, assim, provoca um escape da consciência amena. Além disso, tal junção depende da gratuidade do autor, o que desperta o sentimento de solidariedade para com a matéria narrada, que deveria representar uma maioria populacional negra sempre oculta da história, principalmente da formação étnica e lingüística do Brasil, e também a repressora estética estrangeira. O não-cumprimento da tendência em vigor acarreta em uma crueldade desenfreada pela tradição, inclusive pelo movimento com que a informação emitida por meio da norma atinge o receptor, ainda em ritmo colonial.

A necessidade da literatura reunir tais impasses somente denuncia uma nação incompleta, dependente do modelo estrangeiro para encontrar equilíbrio, presa a uma história colonial determinante em seu futuro, mas conclui-se que através da Literatura novas formas de se resolverem as questões nacionais são pensadas, mesmo que para preservar o homem, como o fez literariamente Monteiro Lobato e Lima Barreto com seus personagens, seja por terem vivido algo, ao saberem das injustiças, ou do peso em viver em tais condições onde a exclusão era realizada por critérios raciais, uma idéia de estado fora de lugar e, principalmente, por uma língua que não representa a sua nação.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. Literatura, História e Política: literaturas de língua portuguesa no século XX. 2ª edição. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARANTES, Paulo. Nação e reflexão In: Benjamin Abdala Junior e Salete de Almeida Cara. (org). Moderno de nascença, figurações críticas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27-45.
- BAGNO, Marcos. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.
- BOSI, Alfredo. O pré-modernismo. São Paulo: Cultrix, 1966.
- BROCA, Brito. A vida literária no Brasil - 1900. 5ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.
- \_\_\_\_\_. A Dialética da Malandragem. In: O Discurso e a Cidade. São Paulo: Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p.17-46.
- \_\_\_\_\_. A Formação da Literatura Brasileiramentos decisivos, 1750-1880. 12ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2009.
- CARVALHAL, Tania Franco. Literatura Comparada. 5ª edição. São Paulo: Ática, 2010.
- HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LEITÃO, Ricardo Luiz. Lima Barreto: o rebelde imprescindível. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOBATO, Monteiro. Críticas e outras notas. São Paulo: Globo, 2009.
- NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. In: BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. - n. 41 (1996). São Paulo: ANPOCS, 1996. p. 33-57.
- NITRINI, Sandra. Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica. 3a. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- NUNES, Cassiano. O Sonho Brasileiro de Monteiro Lobato. Brasília: Olímpica Editora, 1979.
- \_\_\_\_\_. Monteiro Lobato, admirador de Euclides da Cunha - Um Estudo Comparativo entre os Dois Escritores. Brasília: Roberval Editora, 1998.
- OAKLEY, R. J. Lima Barreto e o destino da literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PRADO JR., CAIO. Sentido da Colonização. In: *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.13-29.
- SCHWARZ, Roberto. As Idéias fora de lugar. In: *Cultura e Política*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 59-83.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.